



## **Uma proposta de valoração ambiental de serviços ecossistêmicos culturais do bumba meu boi: um estudo de caso**

### **A proposal for environmental assessment of cultural ecosystem services of bumba meu boi: a case study**

Mayara Fernanda Sousa Santos<sup>1</sup>, Sérgio Roberto Pinto<sup>2</sup>  
Rodrigo Burkowski<sup>3</sup>, Fabrício Brito Silva<sup>4</sup>

**RESUMO:** O Bumba Meu Boi da Mocidade é uma manifestação cultural cuja riqueza está presente nas raízes da comunidade de Rosário-MA. O presente trabalho tem por objetivo mensurar um valor econômico para esta manifestação folclórica, ao aplicar o Método de Valoração Contingente (MVC). Este método baseia-se no sentimento de valoração da sociedade em relação aos bens culturais públicos. A relevância de mensurar um valor econômico, para esse tipo de bem, é que essa informação possa auxiliar nas decisões de políticas públicas e na magnitude de valores humanos que devem ser amparados. Foram aplicados 168 questionários, no mês de setembro de 2017, junto à população da cidade de Rosário e visitantes. Pelos dados obtidos, estima-se o valor de R\$10,00 para assistir à apresentação, e tem-se um valor econômico total entre R\$10.000,00 e R\$50.000,00 de acordo com a metodologia aplicada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Valoração Contingente, Bens Culturais, Disposição a pagar.

**ABSTRACT:** The Bumba Boi of the youth is a cultural manifestation whose richness is present in the roots of the community of Rosário-MA. IT IS. The objective of this study is to measure an economic value for Bumba-boi Mocidade de Rosario, applying the Contingent Valuation Method (CVM). This method is based on the society's sense of value in relation to public cultural goods. The relevance of measuring an economic value for this type of good is that this information can aid in public policy decisions and the magnitude of human values that must be protected. 168 questionnaires were applied in September 2017, together with the population of the city of Rosario and visitors. Based on the data obtained, it is estimated that the value of R\$ 10,00 to attend the presentation, and has a total economic value between R\$ 10,000.00 and R\$50,000.00 according to the methodology applied.

**KEYWORDS:** Contingent valuation, Cultural assets, Willingness to pay.

---

<sup>1</sup> Egressa do curso de Ciências Contábeis da Universidade Ceuma. E-mail: mayara1002@hotmail.com

<sup>2</sup> Professor e coordenador do curso de Ciências Contábeis, Mestrando no Programa de Meio Ambiente da Universidade Ceuma, coautor. E-mail: sergiorobertopinto1@hotmail.com

<sup>3</sup> Docente UFOP, pós-doutorando no Programa de Mestrado em Meio Ambiente da Universidade Ceuma. Coorientador. E-mail: burkowski.rodriigo@gmail.com

<sup>4</sup> Pós-doutor, coordenador do Programa de Mestrado em Meio Ambiente da Universidade Ceuma, orientador. E-mail: fabricio.brito@ceuma.br



## 1 INTRODUÇÃO

A importância da Contabilidade Ambiental resulta, principalmente, dos impactos econômicos que os bens ambientais e culturais geram para a sociedade (GUIA, 2008). Tanto bens quanto atividades culturais produzem benefícios diretos àqueles que os consomem, bem como benefícios indiretos à sociedade. Por isso, é importante compreender o valor econômico para o sustento da cultura, da história e da identidade do país, ao auxiliar, assim, políticas e justificar investimentos (STAMPE; TOCHETO; FLORISSI, 2008).

Os bens culturais são considerados bens não transacionais no mercado, pois inexistem um negócio real para eles. Por isso, estimar um valor monetário aos bens e serviços ambientais ou culturais é um processo considerado incerto e complexo. (MOTTA, 2011) expõe que esses bens contribuem para a economia e para o bem-estar da população e, assim, é possível calcular um valor de mercado de acordo com o nível de satisfação do indivíduo.

Nesse sentido, este estudo é motivado pela discussão sobre a necessidade de contabilização desse tipo de ativo, ao admitir que não é possível afirmar, com certeza absoluta, o valor monetário que um ativo desse possui. Diante do exposto, utiliza-se o Método de Valoração Contingente para mensurar o valor econômico de uma manifestação cultural, ao evidenciar-se o quanto a sociedade valora esses bens e atividades.

O Método de Valoração Contingente (MVC) tem o intuito de descobrir o quanto as pessoas estão dispostas a pagar para usufruir determinado bem ou participar de uma determinada atividade (STAMPE; TOCHETO; FLORISSI, 2008). O presente trabalho, que tem como objetivo geral mensurar o valor econômico do Bumba Meu Boi da Mocidade de Rosário, manifestação cultural típica do folclore do Maranhão, além de evidenciar o nível de satisfação ou bem-estar do indivíduo, ao apreciar o evento, utiliza esse método.

A referida pesquisa é quantitativa e descritiva. Foram aplicados 168 (cento e sessenta e oito) questionários na cidade de Rosário-MA, junto à comunidade local, e está dividida em quatro seções: na segunda, destacam-se os aspectos da Contabilidade Ambiental, a Valoração Econômica Ambiental e seus métodos de valoração, além de um breve histórico sobre a tradicional manifestação cultural, mais profundamente, o Bumba Boi da Mocidade de Rosário; em seguida, a coleta de dados e os resultados obtidos são apresentados e, por último, a discussão dos resultados e considerações finais.



## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Bumba Meu Boi da Mocidade de Rosário**

O “bumba meu boi” ou “bumba-boi” é um bailado popular cômico-dramático, organizado em cortejo. Conta a história de Catirina, escrava que leva seu amado, o pai Francisco (Nego Chico), a matar o boi mais bonito da fazenda para satisfazer o seu desejo de grávida, o qual era comer a língua do boi. Descoberto o feito, o amo – o fazendeiro – mandou que os índios capturassem o criminoso. Finalmente o boi é ressuscitado, pai Francisco é perdoado e a pantomina termina em uma grande festa cheia de alegria e animação (IPHAN, 2011).

A brincadeira existe em outras regiões do Brasil, mas somente no Maranhão tem um significado tão especial. O bumba-boi nasce do pagamento de uma promessa feita ao glorioso São João, porém, nas festas juninas maranhenses, também se rendem homenagens a Santo Antônio, São Pedro e São Marçal (CASCUDO, 1962).

O Bumba Meu Boi da Mocidade surgiu através de um sonho da senhora Chiquinha Salomão, que se via envolvida com uma brincadeira de bumba-boi; no entanto, tal sonho não foi concretizado devido a sua morte. Anos depois, Maria Salomão Rocha, filha de Chiquinha Salomão, começou a ter o mesmo sonho da mãe; ela conversou com o seu vizinho Manoel de Topa e sua esposa Izabel para a criação de um boi de promessa, com crianças, apenas por um ano (SALOMÃO, 2017).

Já em 1981, surgiu, na cidade Rosário, o primeiro boi: o “É de União”. A capoeira do boi foi confeccionada pelo seu filho Rocha, porém, por não acertar fazer a cabeça, dona Maria Salomão mandou cobri-la com veludo marrom. A senhora Nhadica foi a bordadeira e teve o privilégio de ser a madrinha da brincadeira; esta, entretanto, teve poucas apresentações na comunidade rosariense. No ano seguinte, 1982, o boi evoluiu o seu aspecto; ao dispor de melhores recursos, as vestimentas e peças passaram a ser confeccionadas em Axixá por um bordador com experiência no ramo, chamado Filó Gomes, e as apresentações prosseguiram tanto em Rosário quanto nas demais cidades do Maranhão (SALOMÃO, 2017).

O Boi da Mocidade, que completou 36 anos neste ano de 2017, recebeu vários troféus, inclusive o “Boi de Prata” pelos seus 25 anos de participações em festivais. Após



todo esse destaque, que contribuiu ainda mais para a divulgação da brincadeira, foi considerado um dos melhores bumba-bois de orquestra do estado (SALOMÃO, 2017).

## **2.2 Meio Ambiente**

O meio ambiente é uma área considerada multidisciplinar. Além dos fatores ecológicos e econômicos, é preciso que se tenha, também, o conhecimento sobre os fatores sociais, culturais e educacionais para a compreensão do significado do termo “Meio Ambiente” (FERREIRA, 2011).

A preocupação com o meio ambiente, pelo legislador constitucional, fez com que fosse inserido, no “Título VIII – Da ordem social”, o capítulo VI, específico sobre o tema, denominado “Do Meio Ambiente”, em seu art. 225. Desse modo, entende-se “meio ambiente” como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”, ressaltando-se o art. 3º da Lei nº 6.938/1981. Segundo especialistas, a noção de meio ambiente está intimamente ligada a dois principais aspectos: o equilíbrio biológico e a ecologia (OLIVEIRA, 2013).

Assim, a Constituição Brasileira define meio ambiente como a “soma total das condições externas circundantes no interior das quais um organismo, uma condição, uma comunidade ou um objeto existe. O meio ambiente não é um termo exclusivo; os organismos podem ser parte do ambiente de outro organismo” (BRASIL, 1998).

## **2.3 Contabilidade Ambiental**

A Contabilidade surgiu com o objetivo de determinar o valor da riqueza humana, ou seja, o patrimônio. Atualmente, é definida como a ciência que tem, como intuito, o controle econômico de uma entidade. Ela segue o progresso da economia e produz novas técnicas de mensuração e evidenciação dos fenômenos econômicos e financeiros, os quais sempre mudam sua situação patrimonial (SANTOS; SILVA; SOUSA, 2001).

Na teoria, parece ser uma tarefa fácil, mas mensurar o valor econômico de um ativo ambiental é considerado um dos processos mais difíceis da Contabilidade, tendo como a principal dificuldade encontrada dar valor monetário a bens ativos que não são negociados em mercado e, conseqüentemente, não possuem preço definido em relação a outros bens e serviços existentes na economia (SANTOS; SILVA; SOUSA, 2001).



É necessário ressaltar que a Contabilidade Ambiental não representa uma nova contabilidade. O fato de um ativo ambiental não ter um valor de mercado definido, uma característica própria desses ativos, impede que sua mensuração seja estimada por observação ou comparação, com base no valor de mercado, diferenciando-se dos processos já usados regularmente pelos contadores (FERREIRA, 2011).

Então, pode-se dizer que a Contabilidade Ambiental tem por objetivo o direcionamento do sistema de informações, já adotado pela Contabilidade tradicional, para a mensuração e a evidenciação aos usuários da informação contábil do impacto ambiental no patrimônio e conduta em relação ao meio ambiente (GENTA, 2006).

#### **2.4 Valoração Econômica Ambiental**

O processo de valorar os bens e serviços ecossistêmicos, através de métodos econômicos ambientais, em que os preços de mercado não estão disponíveis, é denominado de Valoração Econômica Ambiente (FERREIRA, 2011). A função de valoração econômica de um bem ambiental fundamenta-se em uma reunião de métodos e técnicas que visam calcular valores para os ativos ambientais e avaliar o bem-estar das pessoas, em relação às mudanças ocorridas na quantidade e na qualidade dos bens e serviços ambientais, tanto no uso quanto no não uso (MOTTA, 1997).

Para conhecimento, é necessário que se entenda o processo de valoração como uma atribuição de valor, de mensuração qualitativa ou quantitativa de um bem ou conjunto de bens. Essa prerrogativa inscreve-se no universo das práticas discursivas, portando suas formas de expressão e legitimação próprias, dentro das correntes econômicas, quanto à valorização, ao resultado do trabalho, ao transformar recursos naturais em produtos e ao materializar-se em objetos criados. Sendo uma ação dirigida a uma determinada finalidade, que na racionalidade econômica moderna é a maximização do rendimento dos investimentos, o processo de valorização implica o estabelecimento de fins e a avaliação de alternativas e meios; logo, tem a valoração como um de seus momentos constitutivos (MORAES, 2013).

Além do principal fato, de que a natureza de bens públicos possui uma concepção imensurável sobre seu valor de compra e venda no mercado, outra particularidade são as diversas versões sobre seu uso e sua preservação (MARTINS; ARAÚJO; LIMA; NIYAMA, 2014).



#### 2.4.1 Valor de Uso e Valor de Não Uso

O uso cotidiano e a absorção dos serviços ecossistêmicos, em relação à utilização dos bens ambientais e da valoração econômica ambiental, são derivados de seus atributos; logo, estes são fragmentados pelo valor de não uso e de uso (MOTTA, 1997). São métodos de valoração econômica capazes de distinguir o valor econômico de recursos ambientais e mensurá-lo, através da pretensão de utilização e vantagens adquiridas por esses bens.

O valor de uso, que corresponde aos benefícios que o indivíduo retém pelo seu uso presente ou pela sua capacidade de uso futuro, é dividido em: Valor de Uso Direto (VUD), Valor de Uso Indireto (VUI) e Valor de Opção (VO) (FERREIRA, 2011). O Valor de Uso Direto (VUD) é aquele atribuído ao recurso ambiental em função da sua utilização direta; é apropriado, diretamente, da exploração do recurso e consumido hoje (OLIVEIRA JUNIOR; COSTA, 2012).

Já o Valor de Uso Indireto (VUI) é a atribuição de valor do recurso ambiental quando seu uso advém de funções ecossistêmicas. São benefícios gerados pelos recursos ambientais apropriados e consumidos, indiretamente, hoje. Quanto ao Valor de Opção (VO), baseia-se no quanto os indivíduos estariam dispostos a pagar para a preservação de recursos que podem um dia ter para fazer uso de modo direto ou indireto no futuro. (MOTA, 1997).

### 2.5 Métodos de Valoração Econômica Ambiental

#### 2.5.1 Método Direto (função de produção)

Em consonância com Motta (2011), outros autores abordam os métodos da função de produção, também classificados como diretos; são métodos da produtividade marginal e de mercados de bens substitutos. A classificação dos Métodos de Valoração Econômica é ocasionada em decorrência dos serviços ecossistêmicos, que podem ser: métodos da função de produção, ou diretos; e métodos da função de demanda, ou indiretos.

Esses métodos se baseiam em preço de mercado e levam em conta o valor que tem um determinado bem. Freire e Curvina (2017) sugerem que o valor determinado de um bem pode ser mensurado pela sua preservação, conservação e utilização. É aquele que valora impactos, e utiliza um valor de mercado para os efeitos que mudam a qualidade ou a



quantidade de produtos que são, eventualmente, trocados no negócio. Existe relação direta entre um impacto e o meio para valorar seus efeitos sobre o meio ambiente (FERREIRA, 2011).

### 2.5.2 Método Indireto

Dentre os métodos indiretos, destacam-se: o Método de Valoração Contingente, o Método do Custo de Viagem e Técnicas de Preços Hedônicos, sendo que esses se baseiam nas funções de demanda (GUIA, 2008).

Os Métodos da Função de Demanda, por sua vez, se alicerçam na disposição das fontes econômicas em pagar ou aceitar pelos bens ou serviços a eles complementares ou por meio da criação de mercados hipotéticos específicos, considerou Ventura (2008). A partir desse fundamento, é possível calcular as variações do nível de satisfação que o indivíduo adquire quando está disposto a pagar (ou não) pelo bem ou pelo serviço ambiental (MOTTA, 1997).

#### 2.5.2.1 Método do Preço Hedônico

Esse método é, frequentemente, usado em preços de propriedades. Leva-se em consideração não só a qualidade de seus próprios atributos, mas também pelos atributos do entorno da propriedade, principalmente por fatores ambientais próximos (FERREIRA, 2011). No entanto, o seu uso, na mensuração de ativos ambientais e culturais, é difícil.

#### 2.5.2.2 Método de Custo De Viagem

De acordo com Romeiro e Maia (2008), o custo de viagem é um método usado, essencialmente, em patrimônios naturais de visitação pública, locais recreativos e de lazer. Tem como finalidade mensurar o valor econômico dos bens ambientais e culturais a partir de uma avaliação do comportamento dos consumidores que intenciona apurar quanto as pessoas consomem na visitação com gastos, como: transporte, alimentação, hospedagem, taxa de entrada, dentre outros.

O Método do Custo de Viagem pode ser aplicado em uma amostra da população por meio de questionários para a obtenção dos dados (FONSECA; LIMA; REZENDE, 2013).



#### 2.4.2.3. Método de Valoração Contingente

A valoração contingente é um método indireto comumente utilizado para mensurar o valor de bens públicos, que não são transacionados em mercado, sendo bastante utilizado na valoração econômica de ativos ambientais e culturais. Sua execução acontece a partir do lançamento de questionários para levantar o valor que as pessoas estariam dispostas a pagar (DAP) ou o quanto estariam dispostas a receber (DAR) pelo bem, caso existisse um mercado real para ele, em situações hipotéticas (STAMPE; TOCHETO; FLORISSI, 2008).

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

O método de pesquisa utilizado é o qualitativo, apoiando-se em técnicas de coleta de dados; o estudo também é quantitativo. De acordo com Neves (1996, p.01), a pesquisa qualitativa não busca enumerar ou medir eventos; ela serve para a obtenção de dados descritivos que expressam os sentidos dos fenômenos. O trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica; os conceitos analisados foram: “Métodos de Valoração Econômica Ambiental”, “Manifestação Cultural”, “*environmental economic valuation*” e “Contabilidade Ambiental”. Os principais autores, que contribuíram para o trabalho, foram: MOTTA (1997), OLIVEIRA (2013), SANTOS; SILVA; SOUSA (2001), FERREIRA (2011).

Realizou-se também uma pesquisa de campo, feita com questionários formulados, com questões fechadas, de natureza exploratória. A técnica quantitativa, que envolveu matemática e estatística, permitiu mensurar as hipóteses e testá-las.

A aplicação dos questionários ocorreu, presencialmente, no período entre 6 e 20 de novembro de 2017. Os respondentes foram escolhidos de forma aleatória, mas as delimitações geográficas foram respeitadas, ou seja, a cidade de Rosário. A pesquisa, composta por questões exploratórias, foi aplicada a uma amostra de 168 pessoas.

Na cidade, há duas manifestações culturais de grande importância: o Bumba Meu Boi da Mocidade e o Bumba Meu Boi de São Simão. A escolha da brincadeira deu-se em face de sua localização, ou seja, por ser mais próxima do centro de Rosário e pelo tempo para o desenvolvimento da pesquisa.



#### 4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Compreender a valoração econômica do meio ambiente pode despertar a atenção da população para a importância das manifestações culturais, no caso da cidade de Rosário - MA, o Bumba Boi da Mocidade. A pesquisa possibilitou uma análise a respeito da percepção da valoração econômica ambiental e constatou que a Contabilidade, através de métodos, pode construir alguns indicadores que são de grande valia aos gestores, tanto na esfera estadual quanto municipal, a fim de desenvolver a cultura em diferentes cidades e investir nelas através de programas culturais.

Os dados obtidos, na pesquisa, apontam que 97,6% dos entrevistados residem na cidade de Rosário, sendo que 50,6% eram do sexo feminino e 47% do sexo masculino. Os entrevistados tinham idade mediana de 22,6 anos (10 - 90 anos); o maior público está na faixa etária entre 19 e 45 anos. 56% dos entrevistados declararam-se solteiros e 33,3% casados. Em relação à renda mensal familiar, a maior parte dos entrevistados (31%) declarou ter renda familiar entre R\$ 1.500,01 a R\$ 2.500,00. Quanto à variável escolaridade, a maioria declarou possuir pelo menos o Ensino Médio completo, somando um total de 46,4%. Quanto à ocupação (profissão, função) dos entrevistados, grande parte (26,8%) afirmou ser empregado de empresa privada. Referente à cor da pele, 56% dos entrevistados representam a cor parda.

A pesquisa revelou que a variável sexo não interfere na intenção de assistir aos espetáculos do bumba meu boi e também não influencia no nível de felicidade.

Em relação à localização, isto é, o local que residem, constatou-se que há um nível de significância ( $P < 0,05$ ) naqueles residentes em Rosário, pois existe felicidade quando veem um espetáculo. Eles reconhecem que o Bumba Meu Boi da Mocidade tem o seu valor e estariam dispostos a pagar R\$ 10,00 para assistir a ele.

Outro dado obtido, na pesquisa, é que a renda não tem uma influência, correlação e nem significância nos aspectos do Bumba Meu Boi da Mocidade no que se refere a assistir às apresentações, pois  $P > 0,05$  (menor).

A análise em relação ao valor monetário, que os entrevistados atribuíram ao Boi da Mocidade, por meio da métrica disposição a pagar total (DAPT), mostra que o valor apropriado pelos indivíduos, na ótica da valoração contingente, está entre R\$10.000,00 e 50.000,00.

Dessa forma, pode-se perceber que os resultados reforçam a valoração que a população local tem para a cultura da cidade de Rosário-MA, ao referir-se ao Bumba Boi da



Mocidade como uma riqueza cultural e Patrimônio para o município.

## 5 CONCLUSÃO

O Bumba Meu Boi da Mocidade tem um papel valoroso na cultura regional, pois há a integração social por meio de uma manifestação, que é considerada Patrimônio Histórico e Cultural do Brasil, e sua riqueza não pode ser medida ou mensurada pelos governantes e pela sociedade. Tal metrificação é necessária para uma avaliação no sentido de investimento e reconhecimento. Dessa forma, valorar os aspectos locais da cultura e do ambiente não é uma tarefa fácil, sendo necessário o comprometimento de todos os elementos envolvidos no processo cultural.

O referido trabalho teve como objetivo valorar o Bumba Meu Boi Mocidade de Rosário, por meio do Método de Valoração Contingente, em que se questionou quanto o indivíduo estaria disposto a pagar para assistir a sua apresentação e qual valor monetário seria atribuído à manifestação cultural.

Ao considerar – se as amostras coletadas, pela métrica de valoração contingente, o valor da DAP, para assistir à apresentação do Boi da Mocidade, foi de R\$ 10,00 e a (DAPT) disposição a pagar total está entre R\$10.000,00 e R\$50.000,00. Tais resultados oferecem um alicerce para a demonstração e o registro de bens culturais, especificamente, para comparativos com gastos públicos.

## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Valoração Econômica Ambiental**. Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro. Ano 3, nº 30, maio de 2008. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/BOLRSA200805.pdf>>. Acesso em 19 nov 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) , acessado em 18 nov 2017.

\_\_\_\_\_. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF: 1981. Publicado no DOU de 2.9.1981. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm), acessado em 18 Nov 2017

CASCUDO, L. DA C. Dicionário do folclore brasileiro. **Ministério da Educação e Cultura: Instituto Nacional do Livro**, 1962.



CURVINA, V. M. G.; FREIRE, F. S. **Mensuração de eventos culturais: Estudo aplicado na Festa do Divino em Pirenópolis - GO**, 2015. (XXII Congresso Brasileiro de Custos – Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 11 a 13 de novembro de 2015) Disponível em <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/19262>> acesso em 09 out 2017.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade Ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FONSECA, Reinaldo Aparecida; LIMA, Adriana Barreto; REZENDE, José Luiz Pereira de. **Métodos de valoração dos bens e serviços ambientais: uma contribuição para o desenvolvimento regional sustentável**. 4º Congresso Internacional – congresso internacional governo, gestão e profissionalização em âmbito local frente aos grandes desafios de nosso tempo. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/eventos-1/4o-congresso-internacional/eixo-3/418-3-5-format-metodos-de-valoracao-dos-bens-e-servicos-ambientais/file>>. Acesso em 16 nov 2017.

GENTA, M. M. P. **A contabilidade ambiental como instrumento de gestão turística: o caso da hotelaria de caxias do sul**. 2006.

GOMES, Luiza Sousa. **Rosário, Minha cidade, minha paixão!** Rosário, 2012.

GUIA, Ana Teresa Bernardo. **A Valoração Econômica de Bens Culturais: Uma Aplicação a Monumentos da Cidade de Tomar**. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Portugal, Vila Real, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/4236>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

IPHAN. **Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão**: Dossiê do registro. 2011.

JÚNIOR, Luís Carlos de Carvalho; MARQUES, Matheus de Mendonça; FREIRE, Fátima de Souza. **Mensuração de ativos culturais: aplicação do método do custo de viagem e método de valoração contingente no Memorial Darcy Ribeiro**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. São Paulo, 10(2), pp.394 a 413, mai/ago. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v10i2.1081>> acesso em: 10 nov. 2017.

MAIA, A. Gori; ROMEIRO, Ademar R. **Validade e confiabilidade do método de custo de viagem: um estudo aplicado ao parque nacional da serra geral**. Econ. aplic., São Paulo, v. 12, n. 1, p. 103-123, janeiro-março 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141380502008000100005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141380502008000100005&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 15 nov 2017.

MARTINS, O. S.; ARAÚJO, A. M. H. B.; LIMA, D. V.; NIYAMA, J.K. **uma discussão conceitual sobre o tratamento contábil dos heritage assets**. *Contexto*, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 66-75, jan./abr. 2014. Disponível em: <[http://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/35725/pdf\\_22](http://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/35725/pdf_22)>. Acesso em: 18 nov. 2017.

MENDES, Hilton Martins. **Rosário: Memórias de minha Infância e Juventude**. Brasília: Edição do Autor, 2014.

MORAES, A. C. R. **Beira do mar, lugar comum? a valorização e a valoração dos espaços litorâneos**. Journal of Chemical Information and Modeling, v. 135, n. 9, p. 1689–1699, 2013.



MOTTA, Ronaldo Seroa da. **Manual para Valoração Econômica de Recursos Ambientais**, Rio de Janeiro, setembro, 1997. Disponível em:

<<http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/manual-para-valoracao-economica-de-recursos-ambientais.pdf>> Acesso em: 14 nov 2017.

MOTTA, Ronaldo Seroa da. **Valoração e precificação dos recursos ambientais para uma economia verde**. IPEA, Rio de Janeiro, Abril de 2011. Disponível em:

<<http://eco.ib.usp.br/labvert/Economia%20Verde.pdf>> Acesso em: 15 nov. 2017.

OLIVEIRA, M. P. DE. **Os Royalties De Petróleo Do Pré-Sal: Estudos Preliminares**. Belo Horizonte-MG Set 2013. p. 1–83, 2013.

OLIVEIRA JUNIOR, A. F.; COSTA, T. P. **Valoração contingente dos serviços ecossistêmicos providos pelo Parque Estadual Itacolomi, MG**. Congresso Brasileiro de Reflorestamento Ambiental. **Anais...**2012

RODRIGUES, Karla Cristina Rodrigues. **Mensuração de bens culturais: um estudo bibliográfico sobre os métodos de valoração dos bens culturais**. FESURV - Universidade de Rio Verde. Rio Verde - Goiás 2013. Disponível em:

<<http://www.unirv.edu.br/imgs/TCC%20II%20KARLA%20OK%20110613.pdf>> Acesso em 9 out 2017.

SALOMÃO. História do Bumba Boi da Mocidade. 2017.

SANTOS, Adalto de Oliveira; SILVA, Fernando Benedito; SOUZA, Synval de. **Contabilidade Ambiental: um Estudo sobre sua Aplicabilidade em Empresas Brasileiras**. Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI – FEA – USP, São Paulo, FIPECAFI, v.16, n. 27, p. 89 – 99, setembro/dezembro 2001. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-70772001000300007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772001000300007)>. Acesso em: 13 nov. 2017.

STAMPE, Mariane Zwilling.; TOCCHETTO, Daniela Goya; FLORISSI, Stefano. 2008.

**Utilizando a Metodologia de Valoração Contingente para estimar os benefícios gerados aos usuários pela Feira do livro de Porto Alegre**. Disponível em:

<<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807180032160-.pdf>>. Acesso em: 10 out 2017.

STRASSBURGUER, Rodrigo; SOUZA, Ângela Rozane Leal de; BEHR, Ariel.

**Contabilidade de ativos culturais: um estudo comparativo entre museus do Brasil e de outros países**. *Contexto*, Porto Alegre, v. 14, n. 28, p. 21-27, set./dez. 2014. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/44629>>. Acesso em: 18 nov 2017.